

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA/MS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Sônia Mara Pereira de Souza Ribeiro**

**A SOCIOLOGIA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS**

**Paranaíba/MS**

**2016**

**Sônia Mara Pereira de Souza Ribeiro**

**A SOCIOLOGIA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Estadual De Mato Grosso do Sul –  
UEMS, Unidade de Paranaíba - MS, como exigência  
parcial para obtenção de licenciatura em Ciências  
Sociais.**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Me. Michele Rodrigues Bizzio**

**Paranaíba - MS**

**2016**

**SÔNIA MARA PEREIRA DE SOUZA RIBEIRO**

**A SOCIOLOGIA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS**

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção da Licenciatura em Ciências Sociais.

Aprovada em ...../...../.....

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Me. Michele Rodrigues Bizzio (orientadora)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Prof<sup>º</sup>. Dr. Geovane Ferreira Gomes  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Prof<sup>ª</sup>. Me. Gabriela Massuia Motta  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

## AGRADECIMENTOS

Se eu fosse me arrepender de alguma coisa (na verdade me arrependo de várias), seria de não ter agradecido adequadamente a quem é importante na minha vida. Mas dizer um simples e sincero “obrigado” às pessoas cuja mera existência tem tornado a minha vida melhor é algo que eu gostaria de fazer com muita frequência. Afinal é muito fácil.

Por isso, gostaria de expressar minha gratidão a todos os que me apoiaram, encorajaram e me toleraram ao longo desses quatros anos, a começar pela minha família, meus amigos e meus professores que com seu conhecimento me tornaram uma pessoa melhor.

Se a minha jornada está chegando ao fim, devo isso a todos que colaboraram para isso. Quero dizer que o que vai restar são as boas e felizes lembranças que irei guardar em meu coração como névoa de amor e amizade e um sorriso em meu rosto. Por isso, agradeço a todos de todo meu coração.

A vida fica muito mais bonita quando partilhada. Tanto as alegrias quanto as tristezas são realidades que não foram feitas para serem vividas na solidão. É na partilha do que é triste que nos preparamos para a superação, e é na partilha da alegria que nos tornamos capazes de prolongá-la no tempo. Nós sempre precisamos de amigos; gente que seja capaz de nos indicar direções, despertar o que temos de melhor e ajudar a retirar os excessos que nos tornam pesados. É bom ter amigos. Eles são pontes que nos fazem chegar aos lugares mais distantes de nós mesmos. Amigos são assim pessoas que se multiplicam.

Fábio de Melo

## RESUMO

Com a inclusão da Sociologia como disciplina obrigatória nos currículos do Ensino Médio brasileiro em 2008 abre-se um leque de possibilidades para a ampliação e inserção dos saberes das Ciências Sociais, assim como para o pensar sociologicamente sobre o processo educacional e também sobre o processo de consolidação da obrigatoriedade da disciplina. Assim sendo, esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo uma análise sócio-política da construção da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no Ensino Médio desde a primeira metade do século XX até os dias atuais e a trajetória da formação do profissional docente em Ciências Sociais com vistas a atender a demanda da obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Ensino Médio. Para atingir tal objetivo, utilizamos como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica de vários autores do campo da Sociologia: obras de sociólogos brasileiros que pensaram o ensino de Sociologia como Florestan Fernandes e Nelson Dacio Tomazi e também pesquisas feitas recentemente sobre a trajetória histórica e política da Sociologia no Brasil. Como fonte documental, utilizamos Leis e Pareceres para o Ensino Médio de Sociologia. Podemos concluir que em contextos republicanos e democráticos a sociologia é incluída no currículo, em contextos autoritários, ela é excluída. Quanto a formação do docente em Ciências Sociais, podemos perceber que há uma desvalorização das licenciaturas em comparação ao bacharelado na área. Devido ao longo período de ausência da Sociologia nos currículos do Ensino Médio, criou-se no Brasil uma cultura que associa a profissão do sociólogo muito mais a atividade de pesquisa do que com a atividade de ensino.

**Palavras-chave:** Sociologia. Trajetória da disciplina. Formação de Professores.

## ABSTRACT

With the inclusion of sociology as a compulsory subject in the Brazilian high school curricula in 2008 opens up a range of possibilities for the expansion and integration of the social sciences knowledge, and to think sociologically about the educational process and also on the process of consolidation of mandatory discipline. Therefore, this work of Course (TCC) is to a socio-political analysis of the construction of the mandatory Sociology discipline in high school from the first half of the twentieth century to the present day and the history of the formation of the teaching profession in Social Sciences in order to meet the demands of obligatory sociology of education in high school. To achieve this goal, we use as a research technique literature review of several authors of the sociology field: works by Brazilian sociologists who thought teaching sociology as Florestan Fernandes and Nelson Dacio Tomazi and also recently made research on the historical background and policy sociology in Brazil. As documentary source, we use laws and Opinions for the School of Sociology. We can conclude that in republican and democratic contexts sociology is included in the curriculum, in authoritarian contexts, it is deleted. As for the training of teachers in Social Sciences, we can see that there is a devaluation of degrees compared to BA in the area. Due to the long absence of sociology in high school curricula, it was created in Brazil a culture that associates the profession of sociologist much the activity of research than with teaching activity.

**Keywords:** Sociology. Trajectory of discipline. Teacher training.

## **LISTA DE SIGLAS**

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB – Câmara de Educação Básica

CNE – Conselho Nacional de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PIBID – Programa de Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

OCEM – Orientações Curriculares para o Ensino Médio



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 Histórico da Disciplina de Sociologia no Brasil .....</b>	<b>12</b>
1. 1 O nascimento da Sociologia na Europa e sua chegada ao Brasil: final do século XIX até 1942 .....	12
1. 2 A disciplina de Sociologia no ensino secundário: de 1942 até a redemocratização .....	16
1. 3 A LDB de 1996 e a disciplina de sociologia: rumo a sua obrigatoriedade .....	18
1. 4 Análise Da Sociologia Como Disciplina Obrigatória.....	20
<b>2 O ensino de sociologia: questões sobre a formação docente .....</b>	<b>22</b>
2. 1 A formação profissional docente do Sociólogo.....	23
2. 2 Apontamentos para o ensino de sociologia: a importância do estágio e do PIBID na formação dos professores.....	26
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>31</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>33</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado A sociologia no Brasil e a Formação de Professores em Ciências Sociais, tem como objetivo a análise da trajetória de construção da Sociologia enquanto disciplina no Ensino Médio desde o início do século XVIII até os dias atuais e a trajetória da formação do profissional docente em Ciências Sociais com vistas a atender a demanda da obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Ensino Médio.

A escolha de tal tema deve-se a obrigatoriedade exigida pelo Projeto Político Pedagógico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em que, para obtenção da licenciatura em Ciências Sociais, é necessária a entrega do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) relacionado a temas referentes ao ensino de Ciências Sociais. Dentro dessa grande área, optamos pela trajetória de implantação da disciplina de sociologia e da formação do profissional docente em Ciências Sociais devido à importância que o tema adquiriu a partir de 2008 com a obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Ensino Médio acompanhada de, até então, pouco material sobre o assunto. A escolha do tema deve-se também a importância de se pensar o papel da sociologia e do sociólogo no processo educacional brasileiro.

Como técnica de pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica e pesquisa documental com o objetivo de entrar em contato com o que já foi escrito sobre esse tema e assim ter subsídios para explorar e discutir os problemas que o permeiam. Na revisão bibliográfica, foram utilizados obras de sociólogos brasileiros que pensaram o ensino de Sociologia como Florestan Fernandes e Nelson Dacio Tomazi. Como fontes documentais, utilizamos algumas Leis e Pareceres do Ministério da Educação.

O trabalho possui dois capítulos. No primeiro, com base nos autores que discutiram o ensino de Sociologia no Brasil, realizamos uma análise histórica da construção da Sociologia no Brasil enquanto disciplina com base nas transformações sociais que ocorreram no século XVIII, resultantes da Revolução Francesa e Industrial, até chegar ao Brasil, passando pelo Período Republicano, o Governo Vargas, o Estado Novo, a Ditadura Civil Militar, a redemocratização, o Governo de Fernando Henrique Cardoso, para finalizar com o Governo do Partido dos Trabalhadores. Podemos observar que a inclusão da disciplina de sociologia nos currículos está intimamente relacionada com o tipo de governo em exercício. Em contextos republicanos e democráticos a sociologia é incluída no currículo, em contextos autoritários, ela é excluída.

Foi somente em dois de junho de 2008, através da Lei nº 11.684/08, sancionada pelo então presidente em exercício José de Alencar que a Sociologia foi incluída, juntamente com a Filosofia, como disciplina obrigatória nos currículos escolares do ensino médio brasileiro, isso depois de muitas discussões em torno de sua inclusão ou exclusão dos currículos nacionais.

No segundo capítulo tratei da construção da formação dos professores de Sociologia, com vistas a atender tal demanda criada a partir de 2008. Podemos perceber que há uma desvalorização das licenciaturas em Ciências Sociais em comparação ao bacharelado na área. Devido ao longo período de ausência da Sociologia nos currículos do Ensino Médio, criou-se no Brasil uma cultura que associa a profissão do sociólogo muito mais a atividade de pesquisa do que com a atividade de ensino.

## **1 HISTÓRICO DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO BRASIL**

Foi a partir das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que ocorreram no início do século XVIII, marcado por grandes revoluções como a Revolução Industrial e Revolução Francesas, e denominadas sinteticamente de “tempos modernos”, que podemos compreender o nascimento da Sociologia como ciência na Europa e sua importação e transformação em disciplina escolar no Brasil. Assim, ao longo desse capítulo pretendemos mostrar esse percurso histórico que vai do século XVIII até os dias atuais.

### **1.1 O nascimento da Sociologia na Europa e sua chegada ao Brasil: final do século XIX até 1942**

Para podermos compreender como se deu o nascimento da Sociologia como ciência e também como ela se desenvolveu é preciso analisar as transformações ocorridas a partir do século XVIII, no conjunto das transformações que marcaram a passagem da sociedade feudal para a sociedade capitalista, ou como conhecemos da sociedade medieval para a sociedade moderna.

As sociedades e os indivíduos em todos os tempos desenvolveram suas próprias explicações para as situações em que viviam, como explicações religiosas, místicas, culturais, étnicas e muitas outras. A Sociologia nasceu, portanto, para compreender os problemas sociais emergentes do século XVIII, explica-los de forma científica e encontrar soluções para eles. A Sociologia é a primeira ciência a se preocupar com a vida social dos indivíduos em toda sua complexidade.

Como ressalta Fernandes, a Sociologia como ciência se origina para tentar explicar os fenômenos modernos:

A Sociologia, como modo de explicação científica de comportamento social e das condições sociais de existência dos seres vivos, representa um produto recente do pensamento moderno. Na verdade, toda cultura dispõe de técnicas de explicação do mundo, cujas aplicações são muitas variadas. Entre as explicações que elas podem receber, estão as que dizem respeito ao próprio homem, às suas relações com a natureza, com os animais ou com outros seres humanos, às instituições sociais, ao sagrado e ao destino humano. O Mito, a religião e a Filosofia constituem as principais formas pré-científicas de consciência e de explicação das condições de existência social. (FERNANDES, 1976, p. 90).

Pensando a sociedade a partir do ponto de vista das Ciências Sociais ou sociologicamente o objetivo dessa nova ciência é analisar a sociedade. Assim, outros autores também deram sua contribuição para a estruturação da Sociologia assim como no processo de institucionalização da sociologia como disciplina.

Como escreve a autora Nise Jinkings (2007) para que ocorresse um desenvolvimento das ciências sociais no Brasil era preciso uma transição do antigo regime escravocrata e senhorial para um regime de classes, para que concepções de secularização da sociedade existente na Europa explicassem aqui racionalmente atividades políticas, econômicas e administrativas, que sofriam influências por parte das ideias positivistas.

Assim, em 1865 a Sociologia começa a despontar no Brasil com influência do positivismo comtiano e nesse mesmo ano F. A. Brandão Junior publicou a obra *A escravatura no Brasil*, e anos mais tarde em 1872, Sílvio Romero publica sua obra *Etnologia selvagem*, esse autor foi um dos precursores da Sociologia no Brasil.

Essa nova concepção positivista tem a responsabilidade de conferir os métodos e processos utilizados pelas ciências da natureza a ciência do social. (LÖWY, 2003). Segundo Löwy, para o positivismo,

As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem-se limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos. (LÖWY, 2003, p.17)

Já em 1879 a Sociologia teve sua primeira proposta de inclusão no sistema de ensino, onde, Rui Barbosa propôs colocar a disciplina de Sociologia no lugar do Direito Natural, nas faculdades de Direito.

Rui Barbosa, em 1882, nos encontros para debater a reforma no ensino, propôs a inserção da disciplina Elementos de sociologia e direito constitucional na escola secundária, mas esse parecer nem votado foi. Em 1890 novos debates sobre a inclusão da Sociologia começam a surgir no governo republicano de Benjamin Constant com uma nova proposta de reforma na Educação Secundária. Mas com a morte do então ministro da Instrução Pública, essa reforma não acontece e a Sociologia também não entra nos currículos (BRASIL, 2006).

A OCEM quando recapitulou a história da Sociologia diz que a passos lentos a Sociologia começa a ocupar os espaços nos currículos da escola secundária e do ensino superior,

(...) sendo praticado o seu ensino de modo geral por advogados, médicos e militares, assumindo os mais variados matizes, à esquerda ou à direita, servindo desde sempre

para justificar o papel transformador ou conservador da educação, conforme o contexto, os homens, os interesses. (OCEM, 2006, p.102).

No século XIX, o positivismo era predominante e ditava qual a forma de aprender e explicar os fenômenos naturais e culturais, despertando o interesse dos republicanos, pois ele vê nessa nova ciência da sociedade uma forma de legitimação ideológica para seu regime de governo, já que, para o positivismo, a sociedade se parece com um organismo social e o progresso só ocorre porque vem de um estado de ordem.

Como diz Fernando Azevedo (1964), nesse contexto onde está ocorrendo os estudos sociológicos, a sociologia e a moral buscam formar uma mentalidade nova voltada para as “ciências positivas”. (AZEVEDO, 1964 *apud*, JINKINGS, 2007).

No final do século XIX quando a Sociologia presente nos cursos de formação voltados à formação de educadores vem para desconstruir todas as ideias que sustentavam a ordem patrimonialista e escravocrata, e formar os valores que estavam comprometidos com o ideal republicano.

Mário Bispo dos Santos (2004) diz,

Ressalta-se que o mentor daquela reforma, Benjamim Constant, foi um dos elaboradores do ideal positivista do grupo militar responsável pela Proclamação da república. Acreditava-se, com base nas leis da evolução social construídas por Comte, que a ordem republicana nascente seria de caráter científico em contraposição à ordem imperial de natureza teológica. Em outras palavras, a sociedade anterior teria sido sustentada intelectual e moralmente pelas ideias advindas da teologia e da metafísica, ao passo que a nova sociedade deveria ser organizada em função das leis descobertas pelas ciências. (SANTOS, 2004, p. 136 *apud*, LEODORO, 2009, p.92).

Foi entre 1925 e 1942 que entrou em vigência a Reforma Rocha Vaz, e em 1931, de Francisco Campos que dizia que a Sociologia passaria a fazer parte dos currículos da escola secundária brasileira, normal ou preparatória, e até mesmo fazer parte como exigência de vestibulares de algumas universidades importantes.

No início do século XX o Brasil foi marcado por transformação social, política e cultural, que estava expresso em alguns acontecimentos como o tenentismo, as lutas operárias, a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a Semana de Arte Moderna, a Revolução de 1930 e Revolução Constitucionalista de 1932. Esses acontecimentos com grandes proporções facilitaram a reflexão da vida social e também sobre o sistema capitalista que estava se estruturando no Brasil. (JINKINGS, 2007). A formação desse novo ambiente cultural e intelectual que estava voltado para um saber racional e também como fazer uma análise

sociológica dessa sociedade brasileira que mostravam bem como a expansão urbana e a industrialização estava se constituindo nessa nova ordem social. (FERNANDES, 1980).

É no período de 1930 a 1940 que a Sociologia lança sua primeira base no Brasil, sobre isso Nelson Dacio Tomazi diz,

(...) definir mais claramente as fronteiras com outras áreas do conhecimento afins, como a literatura, a história e a geografia. Por outro lado institucionaliza-se com a criação de escolas e universidades, nas quais a disciplina de Sociologia passa a ter um espaço e é promovida a formação de sociólogos. (TOMAZI, 2000, p. 9).

Em 1933 nasce a Escola Livre de Sociologia e Política (ELPS) que tinha como objetivo a formação de técnicos, assessores e consultores que tinham a capacidade de produzir conhecimento científico sobre a realidade da sociedade brasileira e também sobre as políticas públicas que foram implementadas pelo aparato estatal. Depois veio a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934 e em 1935 a Universidade do Distrito Federal onde foram aparecendo os cursos superiores de Ciências Sociais. Como diz Tomazi (2000) o objetivo era a formação de professores para que pudessem atuar nas escolas de ensino médio e normais, através das Faculdades de Filosofia, já que ao profissional sociólogo restava trabalhar para o governo ou serem professores.

Com a implantação da Universidade de São Paulo chegaram aqui muitos professores estrangeiros que deram início a implantação da Sociologia como ciência. Dentre os professores que aqui chegaram podemos destacar Donald Pierson, Radcliff Brown, Claude Lévi-Strauss, Georges Gurvitch, Roger Bastide, Charles Morazé e Jacques Lambert que com suas contribuições foi possível formar os primeiros sociólogos no Rio de Janeiro e também em São Paulo. Também junto aos professores estrangeiros que atuavam aqui foi somadas obras de autores brasileiros como Gilberto Freire, Oliveira Viana, Fernando Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior numa perspectiva de análise histórico-sociológica de acordo com a realidade brasileira daquela época desenvolveram produções sociológicas e que a partir daí definiria os caminhos da Sociologia no Brasil. (Tomazi, 2000).

Florestan Fernandes também faz um registro dessa nova fase da sociologia ele relata que om profissional sociólogo através do ensino universitário ter uma carreira regulamentada, pois,

[...] a necessidade de obter graus acadêmicos e de usá-los na competição intelectual definiu culturalmente certos alvos e obrigações na carreira científica dos sociólogos. Mas acima disso, o ensino universitário possibilita a associação de ensino à pesquisa, cria padrões de trabalho intelectual e orienta as atividades individuais, segundo os móveis básicos da investigação científica. Por isso, foi no âmbito do ensino superior que se revelaram os primeiros frutos das transformações da sociologia em especialidade. [...] (FERNANDES, 1976, p. 39-40)

E assim em meios a muitas limitações através de pesquisas e das condições que impedia a produção dos trabalhos científicos que imperava nas faculdades a análise histórica-sociológica da sociedade se torna positiva as limitações transformadas em pesquisa científica fazendo com o interesse dessas possibilidades práticas das ciências sociais na moderna sociabilidade aumentasse gradualmente. (FERNANDES, 1976).

Com o golpe de Estado em 1937 de Getúlio Vargas um novo Estado começa a surgir e assim tanto o presidente como os ministros passam a ter poder sobre o legislativo começando assim uma nova reforma educacional com o novo ministro da educação Gustavo Capanema. Cria-se a Reforma de Capanema que parecia ser uma reação ideológica a reforma anterior. Essa reforma era influenciada pela igreja católica através do seu líder, aumentando assim o poder da igreja católica sobre o sistema educacional. Nessa época a igreja exercia grande poder ideológico sobre a população, e em 1942 a Sociologia é afastada dos currículos das escolas e mantida apenas no curso de magistério das antigas escolas normais.

## **1. 2 A disciplina de Sociologia no ensino secundário: de 1942 até a redemocratização**

Em 1942 começa o período de intermitência da Sociologia no ensino médio ou colegial, horas como Sociologia Geral e mais como Sociologia Educacional como cita as OCEM e em outros casos quase desaparece como no curso “clássico” ou no “científico” onde predominas as disciplinas que eram voltadas os cursos de Letras ou Ciências Naturais. (BRASIL, 2006).

Ao fim da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1960 com a disseminação das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no Brasil dentro ou fora das faculdades fez-se presente a Sociologia como parte integrante dos cursos de Ciências Sociais a até mesmo como disciplina independente em outros cursos. O objetivo era formar professores que pudessem formular “solução racional” com base na razão e na ciência para as questões nacionais. Para isso, uma nova geração de cientistas social se unem aos outros anteriores e passaram a ter presença marcante para discutir as questões brasileiras. Entre eles podemos destacar: Egon Schaden (1913-1991), Florestan Fernandes (1920-1995), Antônio Cândido (1918), Aziz Simão (1912-1990), Juarez Rubens Brandão Lopes (1925), em São Paulo, e Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), Luiz Aguiar da Costa Pinto (1920-2002) e Hélio Jaguaribe (1923), no Rio de Janeiro.



Nesse período a Sociologia torna-se uma disciplina hegemônica nas Ciências Sociais no Brasil tornando-se a primeira a formar uma “escola” ou uma “tradição” tendo em Florestan Fernandes um dos seus mentores principais em São Paulo. Muitas polêmicas ocorreram nesse período que foram importantes para entender o desenvolvimento da Sociologia no Brasil e foi Florestan Fernandes o mentor da polarização dessas questões juntamente com Gilberto Freyre a respeito da questão do ensaísmo e da escrita sociológica em seguida com Luiz Aguiar da Costa Pinto com a questão do método e logo depois com Guerreiro Ramos sobre a questão da ação política dos cientistas sociais, sem contar que houve uma grande polêmica entre Guerreiro Ramos e Luiz Aguiar da Costa Pinto sobre a questão racial.

As questões das relações raciais com base em diferentes grupos étnicos estrangeiros que existiam aqui no Brasil bem como na mobilidade social desses grupos e também questões do mundo rural eram o centro dos estudos sociológicos.

Foi na década de 60 através da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4.024/61), que a Sociologia volta como disciplina facultativa ou optativa nos currículos. Logo depois com a LDB seguinte, Lei nº 5.692/71, durante o governo militar que a Sociologia também como optativa no ensino técnico. E assim com um regime militar muito forte e a industrialização ocorrendo aceleradamente, a sociologia chega dentro de uma expectativa técnica e como Sociologia da Educação no curso de magistério para orientar dentro de princípio científico a formação social e os fundamentos sociológicos da educação. (BRASIL, 2006).

A Lei nº 5.692/71 que foi assinada pelo ministro da Educação Jarbas Passarinho deixa claro a Sociologia como optativa, como a ditadura militar impõe,

(...) cassação, exílio ou aposentadoria compulsória de vários professores e cientistas sociais de renome no país, bem como a implantação da censura nos livros e aos meios de comunicação, e a introdução das disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC), organização social e Política do Brasil (OSPB) nos 1º e 2º graus e Estudo de Problemas Brasileiros (EPB) nos cursos de graduação. (MACHADO, 1999, p. 13 apud LEODORO, 2009, p. 94).

Na política do governo militar o ensino da Sociologia era direcionado para uma educação voltada para uma formação técnica que era imposta pelo programa ideológico do regime militar.

Com as bases da Sociologia dadas no período anterior em meios a uma ditadura militar presente no Brasil, em 1964 a Sociologia se expande nos grandes centros urbanos e começa a ter relações em outras partes das ciências humanas e as discussões e temas da Sociologia

tomam outras direções. O centro das discussões agora passa a ser o processo de industrialização e a “modernização” do Brasil. Dentro desse contexto a questão educacional passa a ser discutida porque todas as questões sociais tem relação com o estado precário da educação nacional. Outras questões como trabalho, sindicalismo, urbanização entre muitas outras também passam a fazer parte das discussões.

Na passagem da década de 1970 para 1980 com a crise do milagre econômico brasileiro, o ensino profissionalizante e os espaços conferidos a Sociologia durante o regime militar esbarram em limitações: “(...) não há demanda para tantos técnicos assim, nem há condições materiais objetivas para a formação desses técnicos, pois faltam equipamentos, professores e recursos.” (BRASIL, 2006, p. 103).

Assim em 1980 começa a expandir os cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Ciências Sociais e Sociologia no Brasil elevando a qualidade das pesquisas e também do ensino de Sociologia. Com a Sociologia presente no ensino superior e pós-graduação possibilitou a aberturas de uma grande variedade de abordagens e temas originando muitas outras sociologias.

E assim em 1982 com o processo de retratação e crescimento econômico, o governo através da Lei nº 7.044/82, novamente revoga a obrigatoriedade do ensino profissionalizante com novas possibilidades de diversificação nos currículos. Começa então uma nova e longa luta para que a disciplina esteja presente nas escolas secundárias e nos cursos de magistérios. A Secretária de Educação do Estado de São Paulo (SEESP) através da Resolução SE 236/83 colocou que a disciplina de Sociologia passaria a ser uma matéria optativa no currículo de 2º grau na rede pública de ensino. (LEODORO, 2009).

### **1. 3 A LDB de 1996 e a disciplina de sociologia: rumo a sua obrigatoriedade**

Em 1996 é promulgada a nova LDB que dizia que o ensino de Sociologia deveria ser retornado aos currículos escolares gerando dúvidas sobre seu conteúdo, uma vez que não deixou claro que a disciplina deveria ser obrigatória, provocando assim grandes discussões em torno da disciplina quanto a sua instituição ou não.

Assim em 1997, todas as escolas passam a seguir o currículo com disciplinas obrigatórias como português, matemática e outras oito disciplinas, mas retirando do currículo a Sociologia e Filosofia ainda que fossem obrigatórias.

As discussões começam a serem retomadas sobre o lugar da Sociologia nas escolas logo após a promulgação da última Lei de Diretrizes e Bases (lei nº 9.394/96) que em seu artigo 36, parágrafo 1º, inciso III diz que ao fim do ensino médio o estudante demonstre algum domínio sobre Filosofia e Sociologia, necessário para sua formação social assim como para o exercício da cidadania. Inciso foi interpretado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 1988 (Parecer CNE/CEB nº 15/98) como se estivesse propondo um tratamento interdisciplinar e contextualizado para conhecimentos de Filosofia e Sociologia, de forma que não interferisse na organização da disciplina.

A respeito do parecer a OCEM reitera:

Em seu artigo 36 § 1º, inciso III, há determinação de que “ao fim do ensino médio, o educando deve apresentar domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. No entanto, uma interpretação equivocada, expressa a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), do Parecer CNE/CEB 15/98 e da Resolução CNE/CEB 03/98, contribui para uma inversão de expectativas: ao contrário de confirmar seu status de disciplina obrigatória, seus conteúdos devem ser abordados de maneira interdisciplinar pela área das Ciências Humanas e mesmo por outras disciplinas do currículo. (BRASIL, 2006, p.103).

E foi através da interpretação desse parecer que se propôs o tratamento de questões sociais como transversais que no caso a proposta didática não trabalharia com temas, metodologias ou práticas impostas, mas com algo que pudesse trazer possíveis relações entre as disciplinas. De acordo com Jinkings (2007) essa política educacional do então governo Fernando Henrique Cardoso é voltada para uma formação humana que atendesse as exigências do novo capitalismo e de uma sociedade de conhecimento, essa era a proposta do governo.

Nesse período a presença da Sociologia nas escolas de Ensino Médio ficou na responsabilidade dos Estados que com base nas Leis Estaduais e também por recomendações das secretarias estaduais inseriu a disciplina como sendo obrigatória no Ensino Médio como caráter transdisciplinar do ensino das Ciências Sociais.

E foi somente em 02 de junho de 2008 com a Lei nº 11.684 que alterava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a sociologia foi finalmente oficializada e se tornou obrigatória nos currículos do ensino médio brasileiro juntamente com a filosofia, tornando obrigatório a partir de 2009 o ensino das disciplinas de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio.

A Lei nº 11.684/08 altera o art. 36 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. A câmara de Educação Básica aprovou o parecer e resolução que tratam da inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia nos currículos do ensino médio: Parecer CNE/CEB nº 38/2006, aprovado em 07 de julho de 2006. Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do ensino médio. Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006. (BRASIL, 2006).

#### **1. 4 Análise da Sociologia como Disciplina Obrigatória**

Através da análise da trajetória da Sociologia no Brasil<sup>1</sup> verifica-se que o processo de institucionalização do ensino de Sociologia em qualquer dimensão burocrática e legal vai depender muito do contexto histórico-cultural em que relações sociais, educacionais e científicas se unem uma com a outra para então atuarem no campo da Sociologia de acordo com sua relação com o sistema de ensino. (SILVA, 2007).

A sociologia que atua na construção da análise dos movimentos da realidade social, ela também adiciona esses movimentos dessa realidade com participação na constituição dos mesmos, assim como afirma Ianni, “(...) na medida em que o conhecimento sociológico se produz, logo entra na trama das relações sociais, no jogo das forças que organizam e movem, tencionam e rompem a tessitura e a dinâmica da realidade social.” (IANNI, 1997, p.25 *apud*, JINKINGS, 2004,p.9-10).

Ao retornar para as escolas de ensino médio como disciplina obrigatória ela promoveu grandes mudanças na elaboração dos princípios dessa ciência. O desafio então seria que, os professores oferecessem subsídios necessários aos alunos pra que tivessem o mínimo de entendimento desses conceitos que estavam surgindo de maneira a questionar a realidade social que os cercam possibilitando o desenvolvimento e o conhecimento. A Sociologia tem como tarefa principal oferecer aos alunos um processo de desnaturalização dos fenômenos sociais colocados,

(...) além de informações próprias do campo dessas ciências, resultados das pesquisas as mais diversas, que acabam modificando as concepções de mundo, a economia, a sociedade e o outro, isto é, o diferente – de outra cultura, “tribo”, o país, etc. (BRASIL, 2006, p.105).

Sabemos que a presença da Sociologia nas escolas de ensino médio ainda é motivo de muitas discussões e também os sociólogos fazem questionamentos sobre o seu objetivo clássico: o de formar cidadãos críticos. Podemos entender que diante dessa realidade social em constante movimento a Sociologia contribui sim para a formação dos jovens, aproximando-os de uma linguagem especial oferecida pela Sociologia, questionando debates em torno de temas direcionados a realidade social que é colocado tanto pela tradição como

<sup>1</sup> Ver quadro 1 no apêndice.

pela contemporaneidade.

Quando se faz uma análise da trajetória da Sociologia e sua construção como disciplina científica e acadêmica no Brasil, podemos perceber que as causas e fatores de sua inclusão ou exclusão estão relacionados ao contexto educacional, mas, principalmente, com as condições sociais, políticas, econômicas e culturais do cenário nacional. Portanto, a Sociologia e a educação se encontram e se desencontram em alguns momentos marcados por lutas políticas no decorrer de nossa história e também nas reformas educacionais ao longo dessas lutas.

Assim sendo, todos os questionamentos que a Sociologia elabora é uma porta que se abre para a prática de novos conceitos que tendem a se desenvolverem a medida que esses questionamentos se confrontem com outros, só assim possibilitaria aos alunos irem além do conhecimento e entender as teorias sociológicas que cercam a sociedade e poder avaliar sua relação com a sociedade.

Não importa em que sociedade estejamos, em que mundo nos encontramos, não é possível formar engenheiros ou pedreiros, físicos ou enfermeiros, dentistas ou torneiros, educadores ou mecânicos, agricultores ou filósofos pecuaristas ou biólogos sem uma compreensão de nós mesmos enquanto seres históricos, políticos, sociais e culturais, sem uma compreensão de como a sociedade funciona (FREIRE, 1979, p.23).

## **2 O ENSINO DE SOCIOLOGIA: QUESTÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE**

### **2. 1 A formação profissional docente do Sociólogo**

A discussão gira em torno da formação do cientista social Social/Sociólogo e também quanto a sua habilitação para ministrar o ensino da Sociologia na grade curricular de todas as escolas brasileiras.

No Brasil, na maioria das universidades a formação desses profissionais ocorre através do curso de Ciências Sociais ou de Sociologia. Nesses cursos há duas opções para que o aluno possa escolher: a licenciatura, para atuar como professor do ensino médio, e o Bacharelado para atuar como pesquisador de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, sendo que, para construir carreira universitária, é preciso realizar Pós-Graduação.

Com a Lei Nº 6.888, de 10 De Dezembro De 1980 e com o Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984, foi criada e regulamentada a profissão de sociólogo. Nessas Leis atribuiu-se ao sociólogo ensinar Sociologia nas escolas de ensino médio. A Lei que cria a profissão e o Decreto que o regulamenta diz que o professor precisa ser Bacharelado ou Licenciado para participar de todas as prerrogativas legais. Para tanto, essas duas formações têm criado muitos problemas. Se o curso oferece a Licenciatura e o Bacharel separadamente, levando o aluno a optar por uma só formação, no caso Licenciatura, os alunos serão pesquisadores e professores de sociologia, mas na prática, não serão pesquisadores, pois é o Bacharel que define a profissão de pesquisador no mercado de trabalho.

A maioria dos cursos de Ciências Sociais foram criados a partir de 2008, com a obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio, e já nessa época existiam instituições que ofereciam apenas o bacharelado. Em decorrência disso, a licenciatura se torna um grande problema para a formação de professores para atuarem no ensino de sociologia. Devido a grande demanda por esses profissionais, os cursos de Ciências Sociais precisaram ser discutidos e repensados urgentes.

Há uma Resolução que ampara os licenciados, a CNE/CEB nº 02/97. Ela garante ao licenciado atuar no ensino fundamental e médio na área de sua formação. Quando se trata da formação de professores em Ciências Sociais podemos ver que existe uma hierarquização entre a licenciatura e Bacharelado, em que o mais importante é o Bacharelado, devido ao seu caráter de pesquisador, e aos licenciados uma frágil formação, haja vista que, o bacharelado define a profissão de sociólogo e a licenciatura define o professor.

Assim sendo, o único profissional reconhecido legalmente e socialmente é o sociólogo, pois a formação para professor de educação básica seria a representação da falta de uma profissão, pois o padrão exigido é o bacharelado como centro do processo de formação, já que a licenciatura não é vista como processo de formação, reforçando a ideia de que dar

aulas no ensino médio contribuíram para o desvio da formação do cientista social.

A Lei 6.888/80 dispõe:

Art.1º - o exercício, no País, da profissão de Sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado:

- a) Aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;
- b) Aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;
- c) Aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até a data da publicação desta lei, em estabelecimento de ensino superior oficiais reconhecidos;
- d) Aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados até a data da publicação desta lei, por estabelecimentos de Pós-Graduação oficiais ou reconhecidos;
- e) Aos que embora não diplomados nos termos das alíneas a, b, c, d., venham exercendo efetivamente, a mais de cinco anos, atividades de sociólogos, até a data da publicação desta lei.

De acordo com a lei que regulamenta a profissão de sociólogo:

Art. 2º - É da competência do sociólogo:

- I- elaborar, supervisionar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social;
- II- ensinar sociologia geral ou especial nos estabelecimentos de ensino, desde que cumprida as exigências legais;
- III- assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos de administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;
- IV- Participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Podemos notar que o campo de trabalho do sociólogo é bem amplo e vai muito além que se pode imaginar, envolvendo muito planejamento e execução das pesquisas socioeconômicas, culturais e também levantamento de dados para analisar e diagnosticar programas em todas as áreas.

Sendo assim, os pesquisadores e sociólogos tem um papel difícil que é o de observar e estudar a realidade social com muita sensibilidade para poder compreender essa realidade que nos cercam. Assim escreve Bourdieu:

O sociólogo não pode ignorar que é próprio do seu ponto de vista sobre um ponto de vista. Ele não pode reproduzir o ponto de vista de seu objeto, e constituir-lo como tal, re-situando no espaço social, senão a partir deste ponto de vista singular (e sentido, muito privilegiado) onde deve se colocar para estar pronto e assumir (em pensamento) todos os pontos de vistas possíveis. (BOURDIEU, 2003, p.713).

Não podemos considerar que a formação da formação profissional acontece somente durante a formação universitária, mas também no processo ao longo de sua vida com influências pelas relações de trabalho e também através das mudanças que ocorrem no campo de atuação profissional.

Podemos dizer que a formação profissional envolve um processo bem mais complexo do que supostamente demonstra ser. A formação profissional é muito mais do que

desenvolver competências técnicas, porque também envolve conhecimento e aspectos da vida em sociedade. Quanto mais sólida for a formação profissional, maior será a construção de conhecimentos desse profissional para o exercício de sua profissão .

## **2. 2 Apontamentos para o ensino de sociologia: a importância do estágio e do PIBID na formação dos professores**

Com relação ao papel e perfil dos professores de Sociologia as OCEM (2006, p.108) diz que,“(...) a presença do professor é fundamental” e que o mesmo deve ter “conhecimentos conceituais e teóricos sólidos” “(...) articular conceitos, teorias e resultado social (...)”, apresentar os diferentes enfoques teóricos de um mesmo fenômeno, pois as Ciências Humanas” se desenvolvem por diversificação de perspectivas”, que leve o aluno a perceber que não existe apenas uma explicação; ao trabalhar com temas vai exigir “(...) uma capacidade analítica muito ampla e um grande conhecimento da realidade, da sociedade em que vive” (2006,p.121). Só conhecimento teórico não é suficiente, é preciso ter metodologia de ensino aberta que provoque questionamentos.

Podemos dizer que a Sociologia passa por um momento em que precisa haver transformações nos modelos de formação de professores nos cursos de Ciências Sociais, porque nesse contexto novo que está inserida a Sociologia discutir a formação de professores se torna fator indispensável. Nesse sentido a Ciências Sociais não demonstra grande preocupação com a formação de futuros professores devido a não valorização do trabalho, baixos salários, fazendo com que os cientistas sociais não enxergam um campo de atuação para eles.

Portanto, os desafios a ser superados são muitos na construção da formação de professores. E essas lacunas podem ser preenchidas com o estágio supervisionado e com o PIBID onde o formando pode praticar seus conhecimentos teóricos e suas práticas pedagógicas, porque o PIBID permite abrir discussões sobre a formação dos professores porque ele está em contato direto com a realidade social da escola e somente com o estágio não é possível.

Os problemas educacionais brasileiros, vistos de uma perspectiva macrossociológica, apresentam-se, em grande parte, como produtos de nossa incapacidade de ajustar as instituições educacionais às diferentes funções psicoculturais e socioeconômicas que elas devem preencher e de criar um sistema educacional suficientemente diferenciado e plástico para corresponder, ordenadamente, à variedade do volume e ao rápido incremento das necessidades escolares do país como um todo (...). (Fernandes, 1976, p. 194)



Assim sendo, o curso de Ciências Sociais forma os futuros professores de maneira que desenvolvam sua consciência crítico-reflexiva para poder compreender e analisar a sociedade realidade acerca da realidade em que vive como um todo, atuado dentro dela e também contribuir com a formação dos alunos e preparação para o mercado de trabalho. Porém as Ciências Sociais precisa passar por uma reestruturação para que possa ofertar aos alunos uma formação profissional com disciplinas voltadas moldadas no perfil da profissão.

Para formação desses futuros profissionais podemos destacar que o estágio curricular é uma parte importante na formação desses professores porque coloca o acadêmico em contato direto com a realidade cotidiana da escola para que observe e comece a desenvolver suas praticas docentes.

Por isso, o estágio curricular é tão importante na formação desse licenciado, pois permite ao aluno fazer articulações entre a teoria e a prática de modo que não haja distância entre os cursos superiores e o ensino básico, e o insere em seu futuro espaço de trabalho.

O estágio possibilita que esse professor conheça não apenas a prática docente na Sociologia, como também os momentos que a antecedem: o planejamento, a seleção de conteúdos, das metodologias, dos materiais utilizados, bem como viabiliza a percepção do hiato que se estabelece entre o planejado e o executado em sala de aula (OLIVEIRA, 2014b, p. 2006).

Através do estágio o aluno pode trocar experiências com o professor regente, mas na maioria das escolas há somente um professor de Sociologia, provocando um afastamento e isolamento desse profissional. Se o professor regente não for formado em Ciências Sociais, mesmo assim é possível estabelecer relações com o estagiário, expondo suas experiências, dificuldades na sua área profissional. O estágio é peça importante na formação do professor.

Outro meio para a formação de professores é o PIBID. Desde que foi criado em 2007 pelo MEC, foi instituído por meio da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo Nacional e Desenvolvimento da Educação (FNDE) através de convênios com instituições publicas escolares de educação básica com bolsas de iniciação a docência. O programa coloca os alunos em contato com as instituições escolares. O objetivo do PIBID é adiantar a inserção desses futuros professores em contato com as salas de aulas para que juntamente com os professores desenvolvam atividades pedagógicas sob a orientação dos mesmos, pois dessa maneira os licenciados entram em contato com as diversas realidades do cotidiano escolar.

Esse programa fortalece os cursos de licenciatura contribuindo para que o aluno permaneça no curso. Nesse processo o professor ele vai acumulando e consolidando todo tipo

de conhecimentos, pensamentos, linguagens, comportamentos entre outros, que fazem parte de sua profissão fazendo com que ele se identifique como professor e se reconheça na sua profissão.

Quando o ensino de Sociologia passa a ser o objeto de estudo e reflexão, os bolsistas do PIBID enriquecem seus trabalhos produzidos na área da Sociologia da educação. O programa também possibilita pesquisas e isso demonstra que essa atividade não está restrita somente ao bacharelado, mas, através do programa, também está presente nos cursos de formação de professores.

Podemos dizer que o futuro profissional permanece na graduação de quatro a cinco anos, onde passa a ter contato com vários tipos de leituras específicas, aprende a reconhecer valores específicos do seu campo profissional e também se identificam com professores bem sucedidos.

O professor possui autonomia e capacidade de refletir e analisar como aplicar sua prática para alcançar seus objetivos almejados, através de conhecimentos que ele mesmo elabora a partir de suas experiências vividas para analisar sua prática enquanto professor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho traçou em linhas gerais a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no Ensino Médio brasileiro e a formação do professor de Sociologia.

Podemos perceber que a sociologia chega ao Brasil ao mesmo tempo em que se desenvolvia na Europa como ciência capaz de explicar a sociedade moderna então nascente. Ela é proposta por Rui Barbosa, em 1882, torna-se obrigatória na Reforma Benjamin Constant, embora a mesma Reforma nunca tenha sido implementada.

Será somente em 1926, no contexto do Brasil Republicano, que a sociologia vai ser incluída no então nascente sistema educacional brasileiro. A sociologia será obrigatória no ensino secundário, no sentido de conferir legitimidade ao novo regime político. Tanto que em 1928 ela irá constar também no Ensino Normal.

Porém, com a deflagração do Regime autoritário do Estado Novo, a disciplina é excluída do currículo educacional brasileiro e mantida apenas no Normal.

Com a redemocratização ocorrida em 1961 e a eleição de João Goulart, a sociologia volta ao currículo brasileiro, para ser retirada novamente em 1971 por ocasião do regime ditatorial brasileiro.

Somente em 2008 a sociologia voltará ao currículo educacional brasileiro como disciplina obrigatória.

Dessa forma, podemos constatar que a inserção ou exclusão da disciplina de sociologia no currículo educacional brasileiro são orientadas pelo regime político vigente, em que se percebe a sua inserção em contextos republicanos e democráticos e sua exclusão em regimes autoritários e ditatoriais.

Tal assertiva nos ajuda a compreender, inclusive, o período atual, cuja exclusão da obrigatoriedade da sociologia no Ensino Médio tem sido novamente esboçada pelo atual presidente em exercício e câmaras federais através da aprovação de Medida Provisória (MP 746/16). Novamente, em um contexto autoritário que vem se delineando, optam por retirar a disciplina de sociologia do currículo do ensino médio oito anos após a sua implantação.

Como diz Bauman, no momento em que o homem comum mais precisa da compreensão das mudanças processadas nos últimos anos de maneira vigorosa, algo que a sociologia tem por objetivo, nega-se o acesso a esse homem desse conhecimento:

Segue-se que a Sociologia é mais necessária do que nunca. O trabalho em que os sociólogos são especialistas, o trabalho de trazer novamente à vista o elo perdido

entre a filiação objetiva e a experiência subjetiva se tornou mais vital que nunca; e isso precisará da ajuda profissional dos sociólogos, porque é cada vez menos provável que possa ser feito pelos praticantes de outros campos de atuação. Todos os especialistas lidam com problemas práticos e todo conhecimento especializado se dedica à sua solução, e a sociologia é um ramo do conhecimento especializado cujo problema prático a resolver é o esclarecimento que tem por objetivo a compreensão humana (BAUMAN, 2001, p.241).

Quanto à formação do professor de sociologia, encontramos problemas não menos graves. Em decorrência da ausência da disciplina no Ensino Médio até 2008, a formação do sociólogo tem sido orientada para a pesquisa e a atividade docente no ensino superior. Criou-se uma hierarquização entre o pesquisador e o professor do Ensino Médio, sendo esse desvalorizado. Assim, as licenciaturas em Ciências Sociais encontram-se em processo de estruturação, e o PIBIB e o estágio docente têm se mostrado importantes para a reestruturação da carreira do professor de sociologia no ensino médio.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. de O; ALVES, J. T. **Ensino de Sociologia na escola básica: experiência do PIBID na formação de professores.** In: GONÇALVES, D. N. **Sociologia e juventude no ensino médio: formação, PIBID e outras experiências.** Campinas: Pontes: Editores, 2013.
- ARENDET, H. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 231.
- AZEVEDO, Fernando de. **Princípios de sociologia: Pequena introdução ao estudo de sociologia geral.** 9. Ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1964.
- BRASIL. **Orientações curriculares para o Ensino Médio. Ciências e suas tecnologias/secretaria da Educação Básica**–Brasília, 2006. Disponível em: [portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_03\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf). Acesso em 14 nov. 2016.
- BRASIL, **Orientações Curriculares para o Ensino Médio,** Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book \\_ volume \\_03 \\_ internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf). Acesso em 05 set. 20016.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Lei de Diretrizes e Bases da educação.** Brasília, 20 de dezembro de 1996.
- BAUMAN, Zigmunt: **Modernidade líquida.** Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. P. 231- 246.
- BOURDIEU, P. **A Miséria do Mundo.** 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FERNANDES, Florestan **A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.
- FERNANDES, Florestan. **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada.** São Paulo, Pioneira, 1976.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda. 1967. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diadia.pr.gov.br/arquivos/file/otp/livros/educacao\\_pratica\\_liberdade .pdf](http://www.gestaoescolar.diadia.pr.gov.br/arquivos/file/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf). Acesso em 14/11/2016.
- JINKINGS, Nise. **A disciplina de Sociologia no Ensino Médio.** Texto apresentado ao Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, mar. 2004. Disponível em: <http://bib.praxis.ufsc.br:8080/xmlui/bitstream/handle/praxis/71/sociologia%20ensino%20medio.pdf?> Acesso em 10 nov. 20016.

LEODORO, SIVANA Aparecida Pires. **A disciplina Sociologia no Ensino Médio: perspectivas de mediação pedagógica e tecnológica, um diálogo possível.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29032010-141607/pt-br.php>.,

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na Sociologia do conhecimento.** Cortez, 2003.

NISE, Jinkings. **Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contemporâneos.** Revista Mediações, Londrina, n. 1, v. 12, p. 113- 130, jan./jun.2007. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediações/article/view/3391/2761> Acesso em 03 nov. 2016.

OLIVEIRA, A. Desafios e Singularidades do Estágio Supervisionado na Formação de Professores de Ciências Sociais. **Educação: Teoria e Prática.** Rio Claro, vol. 24, n.47, p. 195-216, set-dez. 2014b.

SILVA, Ileizi Fiorelli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. **Revista Cronos**, Natal, n. 2, v. 8, p. 403-427, jul. /dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/43976>. Acesso em 14 nov. 2016.

TOMAZI, Nelson Dacio (Org.). **Iniciação à Sociologia.** 2. Ed. ver. E ampl. São Paulo: Atual, 2000.

## APÊNDICE

### Quadro 1 - Trajetória da Sociologia no Brasil

1882	Proposta Parlamentar de inclusão da disciplina de sociologia, realizada por Rui Barbosa (não chegou a ser discutida);
1890/1897	Reforma de Benjamim Constant (disciplina legalmente e obrigatória, mas a legislação não foi posta em prática).
1925	Reforma João Luís Alves Rocha Vaz inclui a sociologia na Escola Secundária.
1926	Delgado de Carvalho assume a cadeira de Sociologia no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, antes dele a disciplina era ministrada por Adrien Delprech.
1928	A Sociologia passa a constar nos currículos dos cursos Normais de Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e em Pernambuco, onde foi ministrada por Gilberto
1931	Reforma Francisco Campos reforça o ensino da disciplina no segundo ciclo do Ensino Secundário. Sendo obrigatória no 2º ano dos três cursos complementares.
1933	Criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.
1934	Fundação da Universidade de São Paulo. Fernando de Azevedo é o primeiro diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e catedrático de Sociologia.
1935	Introdução da disciplina sociologia no curso Normal do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis, com o apoio de Roger Bastide, Donald Pierson e Fernando de Azevedo.
1942	A Reforma Gustavo Capanema retira a obrigatoriedade da disciplina nos Cursos Secundários, com exceção do Curso Normal.
1946	Lei n. 8.530, a Sociologia Geral passa a constar na grade curricular da Escola Normal como opcional e a Sociologia da Educação continua com caráter obrigatório.
1961	Lei n.º 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, garante o retorno da Sociologia aos cursos secundários regulares (Científicos e Clássicos).
1971	Lei n.º 5.692, de agosto, a Reforma Jarbas Passarinho torna obrigatória à profissionalização do Ensino Médio. A Sociologia deixa de constar como disciplina obrigatória do curso Normal.
1996	Nova LDB: Sociologia não é obrigatória no Ensino Médio. Presente nos cursos superiores.
2008	Obrigatoriedade da disciplina de Sociologia e Filosofia no currículo do Ensino Médio.